



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026**  
**Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

#### **ANEXO XIV - POLÍTICA DE INGRESSOS**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Parcerias em Investimento  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026  
Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

**SUMÁRIO**

1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
2.	DIRETRIZES APLICÁVEIS À COMERCIALIZAÇÃO DOS INGRESSOS .....	4
3.	REGRAS E DIRETRIZES PARA ESTIPULAÇÃO DOS VALORES DOS INGRESSOS .....	4
4.	POLÍTICA DE VIAGEM .....	7

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Parcerias em Investimento  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

## 1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O objetivo do presente ANEXO é estabelecer o regramento aplicável à cobrança de INGRESSOS dos USUÁRIOS pela prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, observada a disciplina constante do CONTRATO e dos seus ANEXOS, especialmente do ANEXO II.C.

1.2. A cobrança dos INGRESSOS deverá observar:

- i. as regras previstas neste ANEXO, no CONTRATO e nos demais ANEXOS do CONTRATO;
- ii. os direitos mínimos a serem garantidos aos USUÁRIOS dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, observadas as previsões constantes do CONTRATO, dos seus ANEXOS e do item 4.1, subitem “i”, deste ANEXO;
- iii. o conteúdo da POLÍTICA DE VIAGEM, nos termos da Cláusula 43.1.50 do CONTRATO, a ser elaborada pela CONCESSIONÁRIA nos termos e no prazo previsto no item 4;
- iv. os benefícios, gratuidades, isenções e/ou regras de meias-entradas que sejam aplicáveis à prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, de acordo com a legislação e a regulamentação vigentes, observada a previsão constante da Cláusula 23.1.16.1 do CONTRATO;
- v. eventuais descontos sobre o valor dos INGRESSOS que venham a ser aplicados pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, observada a previsão constante da Cláusula 23.1.16.1 do CONTRATO; e
- vi. os valores máximos permitidos para a cobrança de INGRESSOS, nos casos especificados no item 3.1 deste ANEXO, os quais serão reajustados nos termos previstos no item 3.2 e seguintes.

1.2.1. A CONCESSIONÁRIA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em decorrência: (i) da necessidade de observância dos valores máximos previstos para os INGRESSOS nos casos previstos no item 3.1 deste ANEXO, observada a previsão constante da Cláusula 24.1.23 do CONTRATO; (ii) de eventuais descontos que venham a ser aplicados pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, sobre o valor dos INGRESSOS, nos termos do item “v” acima; e (iii) de eventuais benefícios, gratuidades, isenções, meias-entradas e/ou descontos aplicáveis aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, de acordo com a legislação e a regulamentação vigentes, nos termos do item “iv” acima.

1.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar e operar, às suas expensas, o sistema de bilhetagem dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, em conformidade com o disposto no CONTRATO e neste ANEXO.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026**  
**Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

## **2. DIRETRIZES APLICÁVEIS À COMERCIALIZAÇÃO DOS INGRESSOS**

2.1. Além do disposto na POLÍTICA DE VIAGEM, no CONTRATO e nos seus ANEXOS, a CONCESSIONÁRIA deverá observar as seguintes diretrizes para comercialização dos INGRESSOS:

- i. dispor de estruturas físicas de bilheterias e/ou terminais de autoatendimento, a serem instalados nos pontos de acesso dos USUÁRIOS aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, sem prejuízo da possibilidade de disponibilização adicional dos meios digitais de aquisição que entender adequado em seu modelo comercial;
- ii. tornar pública a POLÍTICA DE VIAGEM vigente, com a definição dos valores dos INGRESSOS, dos SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER e dos descontos, benefícios, gratuidades e/ou meias-entradas concedidos, mediante a utilização de instrumentos de comunicação visual nos pontos físicos de venda e de autoatendimento disponíveis na FERROVIA e nos demais ambientes virtuais em que vier a comercializar os INGRESSOS, de maneira clara e acessível;
- iii. manter sistema de gestão dos dados de visitação a partir do início da prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, devendo fornecer mensalmente à AGÊNCIA REGULADORA, em até cinco dias úteis após o término do mês de referência, relatório contemplando os dados de visitação do referido mês, incluindo informações relativas aos descontos, benefícios, gratuidades, isenções e/ou meias-entradas concedidos nos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, caso aplicável; e
- iv. respeitar a capacidade do MATERIAL RODANTE empregado na exploração da FERROVIA, bem como o ciclo de vida útil dos BENS REVERSÍVEIS.

## **3. REGRAS E DIRETRIZES PARA ESTIPULAÇÃO DOS VALORES DOS INGRESSOS**

3.1 Na estipulação dos valores dos INGRESSOS para os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO especificados nos itens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 do ANEXO II.C, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar como valor do INGRESSO, para todos os fins, o montante total cobrado do usuário pela sua aquisição, incluídas todas e quaisquer taxas, encargos ou custos adicionais a ele associados, independentemente de sua denominação, devendo observar o seguinte regramento:

- i. Na prestação do SERVIÇO TURÍSTICO EXPRESSO, conforme especificado no item 1.1.1 do ANEXO II.C, a CONCESSIONÁRIA deverá, em dias úteis, respeitar o valor máximo de R\$ 110,00 (cento e dez reais) para a cobrança de INGRESSOS;

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026**

**Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

- ii. Na prestação do SERVIÇO TURÍSTICO PARADOR CURTO, conforme especificado no item 1.1.2 do ANEXO II.C, a CONCESSIONÁRIA deverá, em dias úteis, respeitar o valor máximo de R\$ 70,00 (setenta reais) para a cobrança de INGRESSOS; e
- iii. Na prestação do SERVIÇO TURÍSTICO MÉDIO, conforme especificado no item 1.1.3 do ANEXO II.C, a CONCESSIONÁRIA deverá praticar o valor máximo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos INGRESSOS do SERVIÇO TURÍSTICO MÉDIO disponibilizados para venda ao longo de cada mês.

3.1.1 A CONCESSIONÁRIA terá liberdade para definir valores dos INGRESSOS para:

- i. Os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO especificados nos subitens “i” e “ii” do item 3.1 deste ANEXO nos finais de semana e feriados; e
- ii. Os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO que não se enquadrem nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.1.

3.2 Os valores máximos previstos nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.1 acima deverão ser reajustados anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA, observadas as previsões constantes das Cláusulas 24.1.22 e 46.2.13 do CONTRATO.

3.2.1 O primeiro reajuste deverá ser realizado após o transcurso de 1 (um) ano contado da DATA DE ASSINATURA, considerando a variação do IPCA ocorrida entre o mês anterior ao da DATA DE ASSINATURA e o mês anterior à data do primeiro reajuste, conforme a seguinte fórmula:

$$V_n = V_0 \times \left( 1 + \left( \frac{IPCA_n}{IPCA_0} \right) \right)$$

$V_n$ : valor máximo reajustado;

$V_0$ : valor máximo aplicável na DATA DE ASSINATURA;

$IPCA_0$ : valor do índice IPCA do mês anterior ao da DATA DE ASSINATURA; e

$IPCA_n$ : valor do índice IPCA do mês anterior ao da DATA DE ASSINATURA.

3.2.2 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto nos itens 3.2 e 3.2.1, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais aplicáveis, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026**

**Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

- 3.2.3 Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto no item 3.2, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.
- 3.2.3.1 Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á o reajuste previsto no item 3.2.
- 3.2.4 Na eventualidade de o índice de reajuste previsto no item 3.2 deixar de existir, a AGÊNCIA REGULADORA passará de imediato à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.
- 3.2.4.1 Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador, adotando-se, na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.
- 3.2.5 Para efeitos do reajuste previsto no item 3.2, os valores serão calculados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se os valores calculados a partir da 5ª (quinta) casa decimal, sendo arredondados mediante a aplicação dos seguintes critérios:
- 3.2.5.1 Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- 3.2.5.2 Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á em 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.
- 3.2.6 O cálculo do reajuste citado no item 3.2 será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado à AGÊNCIA REGULADORA com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste, para homologação.
- 3.2.6.1 A AGÊNCIA REGULADORA poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 3.2.6 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.
- 3.2.6.1.1 O reajuste será efetivado nos termos da determinação da AGÊNCIA REGULADORA, sendo certo que, caso a CONCESSIONÁRIA discorde de referida determinação, poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias previstas no CONTRATO.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Parcerias em Investimento**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026**

**Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ**

3.2.6.2 Caso a AGÊNCIA REGULADORA não se manifeste sobre o cálculo referido no item 3.2.6 até a data do reajuste, será aplicado automática e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação pela AGÊNCIA REGULADORA, quando então se fará, se necessário, a alteração dos valores citados no item 3.2.6, com o eventual pagamento, ao PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, do montante correspondente a valores recebidos a maior pela CONCESSIONÁRIA.

3.2.7 A AGÊNCIA REGULADORA somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos valores máximos previstos nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.1 se demonstrar, fundamentadamente, que:

3.2.7.1 Houve erro no cálculo do reajuste realizado pela CONCESSIONÁRIA, hipótese em que se aplicará o previsto no item 3.2.6.2; ou

3.2.7.2 Não se completou o período para aplicação do reajuste.

3.3 Caso o PODER CONCEDENTE pretenda estabelecer, unilateralmente, valores máximos para os INGRESSOS que sejam inferiores aos previstos nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.1, o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverá ser recomposto, conforme previsto pela Cláusula 24.1.23 do CONTRATO.

#### **4. POLÍTICA DE VIAGEM**

4.1 Nos termos da Cláusula 43.1.50 do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à AGÊNCIA REGULADORA, em até 90 (noventa) dias contados da DATA DE EFICÁCIA, a POLÍTICA DE VIAGEM aplicável aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, com detalhamento dos direitos e deveres específicos dos USUÁRIOS, devendo a POLÍTICA DE VIAGEM abordar, minimamente, os seguintes elementos:

- i. Os direitos e deveres dos USUÁRIOS que adquirirem INGRESSOS, sendo que tais USUÁRIOS terão direito, no mínimo, além das demais previsões de cumprimento obrigatório previstas no CONTRATO e nos ANEXOS, ao seguinte:
  - a. Locomoção entre as estações abarcadas pelo SERVIÇO DE PASSEIO TURÍSTICO a que se refira o INGRESSO, podendo o USUÁRIO descer em quaisquer das estações operacionais abrangidas por tal serviço; e
  - b. Transporte de ao menos 1 (uma) bagagem de mão, com dimensões a serem previstas pela CONCESSIONÁRIA na POLÍTICA DE VIAGEM.
- ii. SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER que poderão ser prestados pela CONCESSIONÁRIA aos USUÁRIOS dos SERVIÇOS DE PASSEIOS TURÍSTICOS,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Parcerias em Investimento  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

incluindo, mas não se limitando a, reserva de assentos, *transfer* das estações a outras localidades, serviço de bordo, venda de alimentação e bebidas, guias de turismo, atrações e experiências turísticas extras, vagões ou trens “*premium*”, dentre outros, não estando tais serviços limitados aos valores máximos estipulados nos subitens “i”, “ii” e “iii” do item 3.1, observado o disposto no item 4.2; e

iii. Os valores dos INGRESSOS e dos SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER descritos no subitem “ii” acima, bem como os descontos, benefícios, gratuidades e/ou meias-entradas aplicáveis.

4.1.1 Além do disposto no item 4.1 acima, a POLÍTICA DE VIAGEM deverá contemplar regramentos que abordem, minimamente, os seguintes temas:

- i. Cancelamentos e reembolsos;
- ii. Reserva de assentos;
- iii. Porte de alimentos nos MATERIAIS RODANTES, que não poderá ser vedado;
- iv. Transporte de bagagens, bicicletas e animais, dentre outros; e
- v. Estratégia de comercialização dos INGRESSOS, tanto em meio físico como digital.

4.2 A CONCESSIONÁRIA terá total liberdade na definição dos valores dos SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER.

4.2.1 A prestação de SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER, nos termos do item 4.2, não será considerada como RECEITA ACESSÓRIA, para qualquer fim, devendo ser computada como parte da RECEITA BRUTA obtida na prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos da Cláusula 16.1, “i”, do CONTRATO.

4.2.2 Os USUÁRIOS terão liberdade para contratar os SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER, se assim desejarem, não podendo a CONCESSIONÁRIA condicionar a venda dos INGRESSOS à contratação de tais serviços, os quais serão opcionais e cobrados de forma apartada dos INGRESSOS.

4.3 Na avaliação da POLÍTICA DE VIAGEM, a AGÊNCIA REGULADORA deverá se limitar apenas a analisar se o conteúdo da POLÍTICA DE VIAGEM está de acordo com as obrigações e requisitos mínimos previstos no CONTRATO e nos ANEXOS, sendo vedada qualquer tipo de interferência nos temas que a CONCESSIONÁRIA tenha liberdade para definir, conforme previsto neste ANEXO.